

ILMO. SR. DR. DIRETOR RESPONSÁVEL DA SUPERINTENDÊNCIA
REGIONAL DE MEIO AMBIENTE NOROESTE - NUDEC-NOR.



17000000660/16

Abertura: 05/12/2016 14:55:05
Tipo Doc: DEFESA ADMINISTRATIVA
Unid Adm: SUPRAM NOROESTE DE MINAS
Req. Int:
Req. Ext: HELDER HOFIG
Assunto: AI. 73176/2016

A.I. (AUTO DE INFRAÇÃO) N. 73.176/2016

PMMG

HELDER HÖFIG, brasileiro, casado, agropecuarista, titular do CPF/MF n. 088.008.708-05 e do RG n. 12.430.895 SSP/SP, com domicílio, na Av. Coronel José Soares Marcondes, n. 1078, 11º andar, na cidade de Presidente Prudente (SP), via de seu advogado que ao final assinam, com endereço para **notificação e intimações** na Rua Djalma Torres, n. 251, sala 103, cidade de Unaí/MG, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar nos termos do Decreto Estadual 44.844/2008 **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face do auto de infração ambiental acima indicado, nos termos e fundamentos que abaixo seguem:

I. DO AUTO DE INFRAÇÃO



Após fiscalização promovida pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais nas dependências do empreendimento econômico rural de propriedade do Recorrente foi lavrado auto de infração de n. 73.176.

A autoridade fiscalizadora, com base no Artigo 83, Código 106 do Anexo I do Decreto Estadual 44.844/2008, impingiu ao Recorrente multa simples no valor de R\$ 16.616,27 por *“operar todas as atividades dentro do empreendimento sem a devida licença de operação, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ambiental competente”*.

Ocorre, porém, que o entendimento firmado pela autoridade fiscalizadora é contra a *mens legis* legalmente em vigência nos termos e fundamentos que abaixo passa a expor.

II. DA EXISTÊNCIA DE PEDIDOS ANTECESSORES DE LICENCIAMENTO INDEFERIDO POR AUSENCIA DE OUTORGA DE AGUA COLETIVO E OFENSA AO ARTIGO 15 DO DECRETO ESTADUAL 44.844/2008

Feitos os esclarecimentos iniciais, passa-se ao cerne da presente defesa.

De plano cumpre esclarecer que o empreendimento econômico rural objeto de fiscalização e autuação que deram origem a este Recurso Administrativo possui data inicial anterior a 1974. Aliás, o termo temporal em questão já foi objeto de reconhecimento pelo próprio Estado de Minas Gerais, por meio de decisão do seu IEF, nos termos dos documentos juntados.

O empreendimento em questão acabou por ser adquirido pelo Recorrente por força de sucessão hereditária no ano de 2014 e, neste ano seguinte, (nos termos da documentação juntada) protocolou pedido de outorga de água para todas as captações de água do Córrego Barreiro de USO COLETIVO, o que dependia dos demais usuários do sistema.

Ocorre que o anterior proprietário do imóvel tentou, por diversas vezes, obter o licenciamento ambiental, o que lhe foi negado em razão da ausência de outorga de água de uso coletivo.

Tal exigência acabava por empurrar a Recorrente para ilegalidade, sem qualquer manifestação de sua vontade, uma vez que para obter seu licenciamento dependia de vontade dos demais usuários do sistema Barreiro.

Ou seja, exigia-se do recorrente, para que esta obtivesse seu licenciamento, a adoção de medidas de competência de terceiros (outorga de água coletivo).



Aliás, nesse sentido o Tribunal de Justiça de Minas Gerais já decidiu que o Estado não pode penalizar o cidadão por sua morosidade, conforme decisão exarada nos autos do processo n. 1.0148.06.042683-7:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. DIFICULDADES CRIADAS PELA ADMINISTRAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE DEFESA QUANTO À POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES. INVALIDADE DO ATO. A autuação superposta de diversos órgãos ambientais não pode prejudicar o interessado em obter licenciamento ambiental, penalizado posteriormente pela inércia da Administração Pública em analisar os requerimentos tempestivamente apresentados. O direito à ampla defesa, como corolário do devido processo legal na esfera administrativa, impõe seja a parte intimada para apresentar resposta acerca da possibilidade de aplicação de sanção extrema consistente na suspensão das atividades da empresa. Preliminares rejeitadas. Sentença confirmada em reexame necessário, prejudicado o recurso de apelação.

Note-se, ainda, conforme documentação anexada que o Recorrente já iniciou os tramites para obtenção do seu licenciamento, após, enfim, depois de muitos anos, e custos protocolar o pedido de outorga de uso de água coletivo.

Evidente, então, que o Recorrente, desde antes da lavratura do presente auto de infração já estava em processo de licenciamento, o que é comprovado pelo protocolo de pedido de outorga de água, requisito para o protocolo de pedido de licenciamento ambiental.

Pois bem, o Artigo 15 do Decreto Estadual n. 44.844/2008 estabelece como regra excludente de aplicação de penalidades (no âmbito geral) decorrentes da ausência de outorga, o empreendimento ambiental instalado anteriormente a publicação do mencionado Decreto Estadual que de forma espontânea tenha requerido o pedido de outorga pela utilização de recursos hídricos, nos termos in verbis:

Art. 15. Será excluída a aplicação da penalidade decorrente da instalação ou operação de empreendimentos ou atividades ambientais e hídricas, anteriores a publicação deste Decreto, sem as Licenças Ambientais, ou AAF ou outorga de uso de recursos hídricos, pela denúncia espontânea, se o infrator, formalizar pedido de LI ou LO ou AAF, em caráter corretivo, ou

Comunicação 77

outorga pela utilização de recursos hídricos e demonstrar a viabilidade ambiental do empreendimento ou atividade.



Note-se que a Legislação deste Estado estabelece duas condicionantes fáticas para o fim de afastar a aplicação das penalidades decorrentes da ausência de outorgas de águas em empreendimentos em operação. Quais sejam: a) empreendimentos anteriores a 25/06/2008 (data da publicação do Decreto Estadual n. 44.844/2008); b) haver a denúncia espontânea com pedido de formalização de licenciamento.

In casu, percebe-se por meio de uma análise perfunctória dos documentos que instruem esta defesa administrativa que o Recorrente se amolda aos termos do dispositivo legal supra mencionado e, portanto, lhe é de direito assegurado a isenção de autuação e imposição de multa, bem como aplicação de penalidade de suspensão das suas atividades.

III. DA APLICACAO DA PENA DE SUSPENSAO DAS ATIVIDADES

Como já dito acima, no dia 16 de novembro último, compareceram em sua propriedade rural, agentes da Polícia Militar Ambiental de Minas Gerais a fim de efetuar as averiguações de praxe que lhes compete.

Ocorre que logo no início do procedimento fiscalizatório, a autoridade policial impetrada lavrou o auto de infração aqui guerreado para imposição de **pena de multas pecuniárias e suspensão das atividades até regularização competente**, sem a necessária exposição de sua motivação, muito menos com base em laudo técnico de profissional habilitado.

Constou nos bojos dos indigitados autos de infrações de forma simples e objetiva a lavratura se deu em virtude do impetrante: **“Operar todas as atividades dentro do empreendimento sem a devida licença de operação, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão competente”**

Como embasamento legal para justificar as autuações tipificaram-se os Autos de Infrações Ambientais nos termos acima já expostos.

Nenhum parágrafo, linha ou palavra ou letra foi utilizada para **justificar a necessidade de suspensão das atividades totais do imóvel rural** de propriedade da Recorrente. Simplesmente, de forma contraria a legislação em vigor determinou-se as referidas suspensões, nos seguintes termos: **“Ficam suspensas as atividades dentro do empreendimento nos termos do Artigo 76 do Decreto Estadual 44.844/08”**

Como dito, nenhuma referência a qualquer dano significativo ou risco de dano significativo à vida humana, meio ambiente, e desenvolvimento econômico e social. Nada, apenas o que está transcrito acima.



Ou seja, paralisou todas as atividades de captação de água da propriedade rural, colocando em risco milhões de reais em investimentos e o emprego de aproximadamente 60 (sessenta) funcionários.

A) DA OFENSA AOS ARTIGOS 27 E 28 DO DECRETO ESTADUAL 44.844

A atuação da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais junto a questões ambientais é decorrente de delegação fixada no Decreto Estadual 44.844, nos termos do seu artigo 28:

Art. 28. A SEMAD, a FEAM, o IEF e o IGAM poderão delegar à PMMG, mediante convênio, as competências de fiscalização previstas neste Decreto.

O mesmo dispositivo legal que delega a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) o direito/dever de fiscalização do meio ambiente, em seus respectivos parágrafos, lhes impõem restrições objetivas.

Dentre as inúmeras restrições e limites impostos à PMMG está a regra do inciso 3º do Artigo 28 que estabelece a vedação de poderes para a PMMG suspender, reduzir ou embargar atividades SEM o amparo de laudo elaborado por técnico habilitado. À saber:

§ 3º A suspensão ou redução de atividades e o embargo de obra ou atividade pela PMMG, **deverão estar amparadas por laudo elaborado por técnico habilitado**, dispensado este em assuntos de fauna, pesca e flora, bem como nos casos de instalação sem LI e de perfuração de poço sem a autorização.

O Auto de Infração lavrado pela PMMG não foram confeccionados sob o suporte de qualquer laudo elaborado pela SEMAD.

Ou seja, a determinação de suspensão das atividades de captação de água superficial se deu sem amparo legal, uma vez que destituída de laudo técnico necessário, infringindo-se, assim, não somente o próprio dispositivo Estadual acima transcrito, mas também o Princípio Constitucional da Legalidade.



A situação colocada, de desrespeito à norma legal, se torna mais evidente, ainda, ao analisar-se o dispositivo 27 do mesmo Decreto Estadual (44.844).

Isto porque, ao delegar a PMMG o direito/dever de fiscalização por infração as normas ambientais, referido decreto estabelece expressamente, em seu inciso IV, que a lavratura do Auto de Infração *somente aceitará a suspensão e o embargo de atividades em caso de graves riscos a vida humana, ao meio ambiente, recursos hídricos, atividades sociais e econômicas*. Veja-se:

Art. 27. A fiscalização e a aplicação de sanções por infração às normas contidas na Lei nº 7.772, de 1980, na Lei nº 20.922, de 2013, na Lei nº 14.181, de 2002, e na Lei nº 13.199, de 1999, serão exercidas, no âmbito de suas respectivas competências, pela SEMAD, por intermédio da Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada – SUCFIS – e das Superintendências Regionais de Regularização Ambiental - SUPRAMs, pela FEAM, pelo IEF, pelo IGAM e por delegação pela Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG.

III – lavrar notificação para regularização de situação, auto de fiscalização ou boletim de ocorrência e auto de infração, aplicando as penalidades cabíveis, observando os seguintes critérios na forma definida neste Decreto.¹¹¹¹

IV - determinar, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente, recursos hídricos ou para as atividades sociais e econômicas, medidas emergenciais e a suspensão ou redução de atividades durante o período necessário para a supressão do risco.

A função do dispositivo acima transcrito é evidente ao estabelecer que **SOMENTE** em casos excepcionais, de graves riscos e consequências, com latente risco de dano ambiental, é que será possível determinar medidas administrativas emergenciais de suspensão das atividades econômicas.

E, por essa razão, que o dispositivo 28 do Decreto 44.844 estabelece a necessidade de Laudo Técnico a amparar referido ato administrativo de suspensão das atividades econômicas.

Ou seja, é necessária, sob pena de injustiças, estar caracterizada algumas das situações estabelecidas no inciso IV do Artigo 27: “iminente risco para vidas

Camurça

humanas, para o meio ambiente, recursos hídricos ou para as atividades sociais e econômicas”

Note-se, Excelência, que não obstante o ato administrativo perpetrado pela PMMG não estar revestido de legalidade, porque desacompanhado de laudo técnico hábil, nos termos do Artigo 28 acima exposto, há, ainda, carência de fundamentação da decisão administrativa de suspensão das atividades.



Isto porque, a suspensão das atividades econômicas por ser, nos termos do Artigo 27 IV do Decreto 44.844, uma medida excepcional, exige a caracterização de iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente, recursos hídricos ou para atividades econômicas e sociais.

E, ao se debruçar sobre o auto de infração que deu azo ao presente Recurso, **NÃO SE TEM** uma única linha de fundamentação administrativa que assegure a existência de tais riscos.

Sobre a carência de tal fundamentação o Decreto Federal n. 6.514/2008 estabelece em seu Artigo 101, parágrafo 2º a obrigatoriedade de indicação dos **MOTIVOS** que ensejaram o agente autuante a proceder com a adoção das medidas administrativas, *ex vi*:

Art. 101. Constatada a infração ambiental, o agente autuante, no uso do seu poder de polícia, poderá adotar as seguintes medidas administrativas:

§ 1º (...)

§ 2º A aplicação de tais medidas será lavrada em formulário próprio, sem emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e deverá conter, além da indicação dos respectivos dispositivos legais e regulamentares infringidos, **os motivos que ensejaram o agente autuante a assim proceder.**

Portanto, além do Auto de Infração estar desamparado de competente laudo técnico que possa embasar a medida administrativa de suspensão das atividades econômicas da propriedade rural do Recorrente; além do auto de infração estar desacompanhado de MOTIVAÇÃO para adoção da extremada medida administrativa de suspensão das atividades do empreendimento; aquele auto, encontra-se em desconformidade com o Código 106, do Anexo I do Artigo 83 do Decreto Estadual n. 44.844 porque a previsão, nestes artigos, de suspensão de atividades é exceção, jamais a regra.

É excepcionalidade porque referido dispositivo (Código 106) prevê, em primeiro lugar, como medida sancionatória, a aplicação de multa simples e, somente

depois disso é que há previsão de aplicação de suspensão das atividades nos casos de riscos extremados.



Logo, ao interpretar os referidos dispositivos com os Artigos 27 e 28 do mesmo Decreto Estadual n. 44.844 encontra-se que a exceção, ou seja, a medida de suspensão das atividades, somente pode ocorrer em caso **COMPROVADO e MOTIVADO de grave e iminente risco para vidas humanas, para o meio ambiente, recursos hídricos ou para as atividades sociais e econômicas** que exijam medidas urgentes.

Não é o caso trazido aos autos, uma vez que o auto de infração não traz em seu corpo qualquer motivação nesse sentido, muito menos menciona a existência de qualquer laudo técnico.

B) DA OFENSA AO ARTIGO 76 DO DECRETO 44.844

O Artigo 76 do Decreto Estadual n. 44.844/08 determina que a penalidade de suspensão de atividades somente poderá ser aplicada em caso de segunda reincidência em infração punida com multa.

Art. 76. A penalidade de suspensão de atividade será aplicada, pelo servidor credenciado, nas hipóteses em que o infrator estiver exercendo atividade sem a licença ou a autorização ambiental competente e poderá ser aplicada nos casos de segunda reincidência em infração punida com multa.

Portanto, por óbvio que a reincidência é requisito *sine qua non* para o fim de determinar a suspensão das atividades de qualquer empreendimento econômico e com os demais critérios acima já explorados deverá ser somada (cumulada).

No caso em concreto não há, ainda, qualquer reincidência por parte do Recorrente, haja vista que se tornou proprietário do imóvel rural e empreendimento econômico objeto do ato administrativo de suspensão a partir de dezembro de 2014, quando se findou o processo de inventário de seu falecido pai Arthur José Höfig Junior.

Desde então, ou seja, desde dezembro de 2014 a recorrente jamais foi autuada, conforme comprova a certidão negativa que segue anexada.

C) DO DIREITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, A AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS AMBIENTAIS



Não obstante tudo o que foi exposto até aqui, as dúvidas objetivas lançadas acima, comprovam que é direito do Recorrente, antes de sofrer qualquer medida suspensiva de suas atividades econômicas, defender-se junto aos órgãos competentes do Estado de Minas Gerais.

Ou seja, antes de ser decretada a suspensão das suas atividades, nos termos do Estado Democrático e de Direito, em respeito aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa dever-se-ia oportunizar o direito de defesa com a determinação da suspensão dos atos administrativos que determinaram a paralização das atividades insertas no malfadado auto de infração.

Isto porque, conforme já exposto o auto de infração lavrado não apresenta qualquer indício, menção ou exposição, quer seja mínima, da existência ou evidência de um dano ambiental em curso ou na eminência de ocorrer que justificasse a aplicação da suspensão das atividades de captação de águas, sem a existência sequer da reincidência conforme determina o Artigo 76 do Decreto Estadual 44.844.

A persistir a suspensão das atividades, conforme determinado, estar-se-á a inverter a ordem do devido processo legal, punindo-se inicialmente para, somente depois, oportunizar o direito de defesa do Recorrente e, com isso, causando prejuízos milionários conforme documentação anexada.

IV. DA OFENSA AO PRINCÍPIO DA RESERVA LEGAL

Como se não bastasse a ofensa aos diversos Artigos do Decreto 44.844/2008, nos termos acima mencionado, há, ainda, ofensa ao princípio da Reserva Legal.

A Administração Pública está submetida a diversos princípios constitucionais estabelecidos no Artigo 37 de nossa Constituição Federal, dentre os quais se destaca o da legalidade administrativa. Vinculada a este princípio o Estado somente pode autuar com base na lei e com a finalidade de alcançar os objetivos por ela estabelecidos. Quando a Administração tem necessidade de punir algum ato praticado contra as normas administrativas, tal princípio se desdobra em outro princípio que é o da reserva legal (Artigo 5º II da CF).

Por sua vez, as normas administrativas que estabelecem os ilícitos administrativos praticados contra o meio ambiente são normas restritivas da ação

Comunicação

privada, pois definidoras de condutas puníveis, cerceando a liberdade de terceiros. Logo somente pode ser oponível por meio de Lei.

Acerca do tema Maria Luiza Machado Granziera esclarece: *"A lei fornece o fundamento para autuação da Administração, à medida que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de sua existência, conforme Artigo 5º, II da Constituição Federal. A lei dispõe sobre o poder de polícia, estabelecendo direito e obrigações, tanto da Administração como do particular"* (Direito das Águas, 3ª Edição, Ed. Atlas, Pg. 173).



Aliás, em caso similar o Tribunal Regional Federal da 1ª Região já decidiu pela ilegalidade da lavratura de autos de infração com imposição de penalidades baseado em legislação inferior a lei, nos termos abaixo:

“AUTO DE INFRAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MULTA COM BASE NO ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9.605/98, NO ART. 32 DO DECRETO N. 3.179/99 E NA PORTARIA N. 44/93-N DO I ADMINISTRATIVO. BAMA. ILEGALIDADE.

O art. 46 da Lei 9.605/98 tipifica crime cometido contra o meio ambiente, do que decorre ser a multa nele prevista de caráter penal e não administrativo, cuja aplicação é privativa do Poder Judiciário. 2. O Decreto n. 3.179/99 tipifica diversas infrações administrativas relacionadas a atividades lesivas ao meio ambiente. Entretanto, tal ato normativo não é instrumento hábil para imposição de multas, porquanto fere o princípio constitucional da reserva da lei ao impor penalidades. A definição de infrações e a cominação de sanções administrativas, após a vigência da Constituição de 1988, somente podem decorrer de lei em sentido formal. 3. Excluídas tais disposições legais do auto de infração, restará ele fundado apenas na Portaria n. 44/93-N do IBAMA que não é instrumento hábil para imposição de multas, porquanto fere o princípio constitucional da reserva de lei ao contemplar penalidades. 4. Apelação provida para declarar nulo o Auto de Infração n. 040911/D, bem como os atos administrativos dele decorrentes. Assim, o Decreto 6.514/08 limitou-se a reproduzir o erro palmar contido naquele que o antecedeu. AC 2006.38.00.037546-7/MG; APELAÇÃO CIVEL Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LEOMAR BARROS AMORIM DE SOUZA ÓRGÃO JULGADOR: OITAVA TURMA PUBLICAÇÃO: 14/12/2007 DJ. 169. DATA DA DECISÃO: 09/11/2007s,

No presente caso verifica-se que a imposição de multa administrativa, e a tipificação da conduta administrativa ilícita decorrem de Decreto Estadual

Amorim

(44.844/2008) e, não de lei estadual como deveria ocorrer, ofendendo assim, o princípio da Reserva Legal.

Isto porque, o Decreto, por ser espécie de Norma inferior, possuía a finalidade precípua e exclusiva de regulamentar direitos e deveres estabelecidos por Lei. O Decreto (em sentido amplo) jamais, nos termos acima expostos, possui finalidade de opor a terceiros e destinatários de seu comando imperativo vedações na esfera privada.



V. DO PRINCÍPIO DA EVENTUALIDADE E DAS ATENUANTES ESTABELECIDAS NO DECRETO 44.844/2008

Eventualmente, caso este Órgão Julgador entenda que há ilícito administrativo passível de punição, ignorando-se assim a excludente de ilicitude estabelecida no Artigo 15 do Decreto n. 44.844/2008, bem como as demais questões aventadas, todos acima exhaustivamente expostos, deve-se aplicar ao caso aqui em análise as atenuantes estabelecidas em lei.

Tratam-se de atenuantes estabelecidas por critérios objetivos que, em hipótese alguma dão ensejo a discricionariedade Estatal. Pelo contrário, o ato administrativo é vinculado às atenuantes, caso haja comprovação de seu direito pelo empreendedor. Pois bem.

O Decreto n. 44.844/2008 prevê em seu Artigo 68 a possibilidade de aplicação de atenuantes ao valor-base da multa desde que cumpridas às exigências estabelecidas em suas alíneas.

Art. 68. Sobre o valor-base da multa serão aplicadas circunstâncias atenuantes e agravantes, conforme o que se segue:

Por sua vez, o Artigo 69 do referido Decreto estabelece e autoriza a cumulatividade de atenuantes, desde que respeitado o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor mínimo da faixa correspondente a multa.

Art. 69. As atenuantes e agravantes incidirão, cumulativamente, sobre o valor-base da multa, desde que não implique a elevação do valor da multa a mais de cinquenta por cento do limite superior da faixa correspondente da multa, nem a redução do seu valor a menos de cinquenta por cento do valor mínimo da faixa correspondente da multa.



Tais atenuantes visam o cumprimento e o respeito aos princípios do Direito Administrativo da proporcionalidade e razoabilidade. Assistindo assim, aos preceitos Constitucionais estabelecidos no Artigo 37, combinado com o Artigo 5º, inciso II e o Artigo 84, inciso IV, da Magna Carta. Adiante.

Edimir Neto de Araújo assim leciona: *“Com efeito, a autoridade não deve ir além do necessário à satisfação do interesse público, não utilizar meios violentos, vexatórios, ilegais, exagerados, pois o objetivo da polícia administrativa não deve ser a eliminação dos direitos individuais, mas assegurar seu exercício, conformando-o com as exigências do bem estar e tranquilidade social. Exemplo disso foram as recentes (13-8-2008) restrições determinadas pela Súmula Vinculante do STF n. 11, quanto ao uso de algemas em pessoas detidas /presas pela polícia. Em excessos, que se verificam principalmente quando a intensidade da medida é maior do que seria razoavelmente necessário para compelir a obediência do particular, ou quando a extensão da medida supera a exigível, para a obtenção lícita do resultado colimado, devem ser coibidos, em função da observância das regras da necessidade (a ação da polícia deve ser a necessária para evitar a atividade ou ameaça perturbadoras), da proporcionalidade (já referida neste item) e da eficácia (a medida deve ser eficaz ou a maior operante, para impedir o dano ou a ameaça) no exercício da polícia administrativa”.*

Estabelece a alínea “c” do Artigo 68 do Decreto n. 44.844/2008 que a menor gravidade dos fatos, tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, acarretará em redução da multa em 30%, nos termos *in verbis*:

c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

No presente caso, consoante a tudo o que já foi exposto, verifica-se que os fatos que desencadearam a lavratura do presente auto de infração são de menor gravidade posto que nenhum dano ambiental foi apurado, havendo apenas e tão somente, o suposto descumprimento de obrigação administrativa ambiental acessória.

O Recorrente, conforme já mencionado, insere-se na modalidade de produtor rural e, como tal, possui o benefício da redução da multa no valor equivalente a 30% (trinta por cento) desde que possua reserva legal devidamente averbada e preservada, nos termos da alínea “f” do Artigo 68 do Decreto 44.844/2008:



f) tratar-se de infração cometida em por produtor rural em propriedade rural que possua reserva legal devidamente averbada e preservada hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;

Dentre os documentos que instruem a defesa administrativa, há a certidão imobiliária da Fazenda autuada onde está localizado o empreendimento que comprova, de forma insofismável, a existência de reserva legal averbada.

Decorrência lógica é o direito da Recorrente em obter a redução da multa aplicada em 30% (trinta por cento).

Finalmente e não menos importante, cumpre reverberar que na propriedade Rural possui matas ciliares e nascentes preservadas.

Tal fato, nos termos da alínea "i" do Artigo 68 do Decreto 44.844/2008 dá ao Recorrente o lúdimo direito de redução da sua multa em 30% (trinta por cento), consoante se depreende de simples leitura perfunctória do referido dispositivo:

i) a existência de matas ciliares e nascentes preservadas, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;

De todo o exposto, consoante a determinação do Artigo 69 do Decreto 44.844/2008 faz jus o Recorrente, se eventualmente as questões de mérito forem superadas, a redução de 50% (cinquenta por cento) do valor base da multa aplicada. A uma em razão da menor gravidade da infração, posto tratar-se de mera infração de obrigação administrativa acessória; a duas porque o Recorrente desde 1998 vem auxiliando este Estado na busca de sua legalização ambiental; a três porque a propriedade rural possui reserva legal averbada e preservada; a quatro porque a propriedade rural possui matas ciliares e nascentes preservadas.

VI. PEDIDO

Diante de todo o exposto, REQUER-SE:

Seja o presente recurso recebido com efeito suspensivo da decisão que determinou a suspensão das atividades do empreendimento econômico, sob pena de causar prejuízos milionários, estando presentes os requisitos da fumaça do bom direito,

verossimilhança da alegação e probabilidade de dano in rem verso significativo e de difícil reparação;



Seja julgado improcedente o auto de infração objeto deste recurso. Superado este entendimento, e mantido o auto de infração como subsistente, requer-se a redução da pena pecuniária imposta no limite de 50% (cinquenta por cento), protestando-se pelas atenuantes ao caso.

Requer-se prazo de 10 (dez) dias para juntada de outros documentos.

Pede deferimento.

Unai, 26 de novembro de 2016.


MAURICIO MIGUEL DA MOTA
OAB/MG 65.257